

## Tribunal das Caldas da Rainha deverá ser sede da grande comarca do Oeste

Com as obras terminadas recentemente, o Tribunal das Caldas recebeu, na passada quinta-feira as visitas do Ministro da Justiça, Alberto Costa, e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, do José Conde Rodrigues. O investimento de cerca de um milhão de euros feito nesta remodelação vai permitir centrar ali a "futura grande Comarca do Oeste", disse o governante no final da visita.

Esta decisão só será conhecida depois de terminado o período de três anos em que a reforma do mapa judiciário está a ser testada nas circunscrições de Lisboa/Noroeste, Alentejo Litoral e Baixo Vouga. De acordo com Alberto Costa esta alteração trará um conjunto de benefícios, nomeadamente o facto dos tribunais puderem "levar a jurisdição especializada (trabalho, família e menores, comércio e execução, entre outras) junto das pessoas em áreas onde isso até agora não tem acontecido".

A Comarca integrará, para além de Caldas da Rainha, os Tribunais de Alcobça, Bombarral, Peniche, Cadaval, Torres Vedras e Lourinhã.

O tribunal caldense recebeu obras de remodelação que beneficiaram os três pisos do edifício, que decorreram durante 19 meses com os serviços em funcionamento.

No rés-do-chão, com a desocupação da Conservatória do Registo Civil e do Cartório Notarial, foram instalados serviços do tribunal, nomeadamente as secretarias judiciais dos primeiro e segundo juízos e gabinetes, e criadas duas novas salas de audiências.

Foi instalado um sistema geral de aquecimento e ar condicionado e uma rede integrada de dados informáticos, bem como sistemas de detecção, alarme e extinção de incêndios e de detecção e alarme contra intrusão.

Foram criadas condições de acessibilidade para pessoas de mobilidade condicionada com a construção de rampas no exterior e instalação de um elevador no interior do edifício.

As obras no exterior do edifício, que data dos anos 50 do século XX, incluíram a execução de uma nova cobertura, reparação e pintura de fachadas, limpeza e recuperação de cantarias e a recuperação de caixilharias, vidros e estores dos vãos exteriores.

### **Colocação de magistrados não é acompanhada com aumento de funcionários**

A trabalhar no tribunal das Caldas desde Setembro do ano passado, a juiz Filomena Serrano, refere que durante as obras tiveram que fazer bastantes adaptações e durante algum tempo decidiram suspender, sobretudo as diligências. O barulho levava a que tivessem que interromper os julgamentos pois era incompatível com a gravação.

Apesar das adversidades, a juiz substituta do juiz presidente, Alfredo Candeias, que se encontra de férias, considera que as obras valeram a pena. Conta que os atrasos já foram recuperados e que actualmente está a marcar processos, no máximo, para final de Janeiro de 2010. "Cada um dos cinco juízes tem uma dependência de perto de quatro mil processos", afirmou a responsável destacando que a rapidez dos processos não depende apenas dos magistrados. A falta de funcionários, apesar de teoricamente os quadros estarem preenchidos, é um dos grandes contributos para esse atraso.

De acordo com o secretário do tribunal, Luís Raposo, cada juízo tem afectos nove funcionários, mas apenas um está completo actualmente, pois existem funcionários destacados para outro tribunal e outros exclusivamente afectos à tramitação de determinados processos.

Actualmente, e segundo o mesmo responsável, a situação mais grave regista-se nos serviços do Ministério Público em que existe uma média de dois juízes para cada funcionário.

"Tem sido uma política de colocar juízes e magistrados, que não tem sido acompanhada com numero igual de funcionários", denuncia Luís Raposo.

Na opinião da juiz Filomena Serrano "falta apostar mais na segurança dos tribunais", mas, no caso das Caldas ficou desde já prometido pelo governante, a instalação de "um portal detector de metais" em Setembro.

### **Ministério da Justiça negocia solução para Tribunal do Trabalho**

O ministro da Justiça informou que está em curso uma negociação para uma solução para o Tribunal do Trabalho nas Caldas, que funciona em condições deficientes. "Julgamos que dentro de pouco tempo essas negociações poderão conduzir a resultados", disse o governante, escusando-se a prestar mais pormenores sobre o assunto.

Relativamente à casa de função dos magistrados, que durante as obras do tribunal funcionaram como local de arquivo, sobretudo do Ministério Público, poderá ser cedida a outras entidades para finalidades públicas. "Ainda a semana passada cedemos casas de função para instalar equipas da protecção civil em Estremoz", explicou o secretário de Estado, José Conde Rodrigues, acrescentando que o Ministério da Justiça está

disponível para encontrar uma "solução que sirva melhor a população e mantenha esse património público utilizado com interesse para todos".

A casa função dos magistrados nas Caldas, situada nas traseiras da Igreja Matriz, é composta por quatro apartamentos

Fátima Ferreira

Sexta-feira, 7 de Ago de 2009